



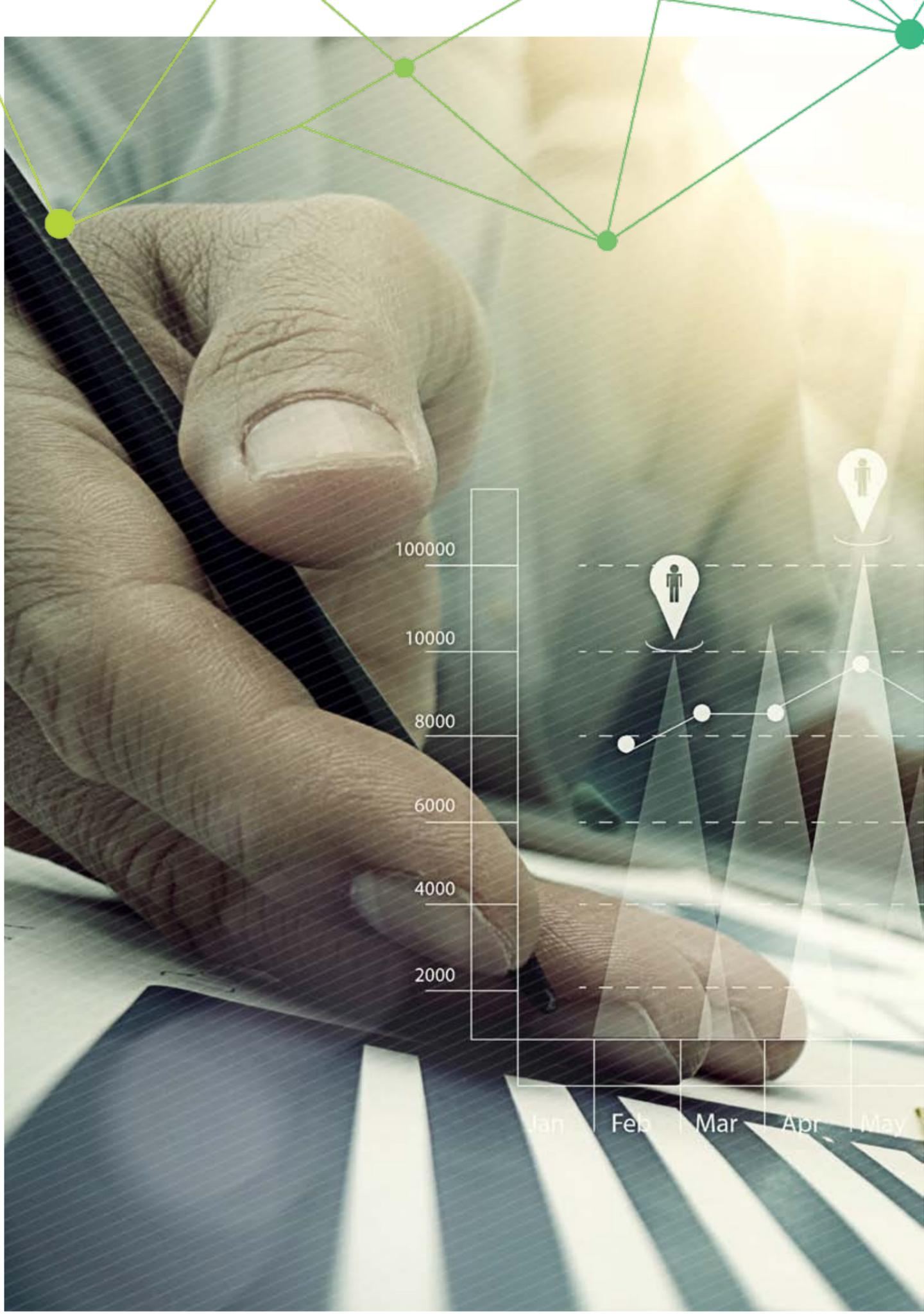
RE LA TÓ RIO

anual
2015



**RE
LA
TÓ
RIO**
anual
2015





Sumário

Sicoob Credicampo

Mensagem da Administração 7

Relatório da Administração 9

Balancos Patrimoniais 12

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 18

Parecer do Conselho Fiscal 38

Relatório de Auditoria 39

Mensagem da Administração

“Construímos uma grande história, vamos juntos construir um grande futuro.”

Esse é o lema que adotamos como símbolo dos 30 anos do Sicoob Credicampo. A cooperativa é uma permanente construção; é assim que ela se pereniza. Sua história reflete essa ação contínua de expansão, aprendizagem e aperfeiçoamento em busca da melhor prestação de serviços aos associados, com base nos princípios do cooperativismo de isonomia, ajuda mútua, valores éticos, transparência, equidade e responsabilidade social.

O mais bonito no cooperativismo é que a obra de edificação não é um trabalho individual, é uma realização coletiva, uma construção em equipe. E nossa história é um exemplo disso, com marco inaugural em 15 de setembro de 1985, por obra e determinação de 91 cooperados fundadores, reunidos com a coragem e desprendimento de quem aposta na própria capacidade de reinventar o futuro e na crença da transformação de que é capaz o cooperativismo.

Esse ato de empreendedorismo, que entrou em ação na inauguração da primeira agência, em 28 de fevereiro de 1986, transformou o perfil das relações interfinanceiras e creditícias em toda a região. O que era sonho se transformou e vem se concretizando ao longo de três décadas. Através do cooperativismo de crédito as riquezas produzidas nas comunidades onde atuamos passaram a ser recicladas regionalmente e tornaram-se propulsoras de desenvolvimento.

A obra não para. Independentemente dos difíceis momentos político-econômicos que estamos atravessando no país, nossa própria história nos ensina – com tantos planos econômicos e situações políticas que já enfrentamos em nossa trajetória –, que a resposta para crises é determinação e trabalho.

Esses ingredientes não faltaram no exercício de 2015. Contando com o apoio dos associados, a dedicação do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, e com a garra e empenho dos nossos colaboradores, superamos dificuldades e fechamos o exercício com significativas vitórias.

Mesmo com a economia em retração, obtivemos um crescimento de 17% nos depósitos totais (à vista e a prazo = R\$ 68,7 milhões); na poupança crescemos 16% (R\$ 36 milhões) e estamos classificados em 6º lugar entre as 81 cooperativas do Sistema Crediminas; no Patrimônio Líquido nos fortalecemos em 17,24% (com saldo de R\$16 milhões). Foram creditados no capital dos associados R\$ 790 mil em juros sobre o capital e estarão à disposição da assembleia sobras no valor de R\$ 780 mil.

Mãos à obra. A construção do futuro – dos próximos 30 anos – de nossa instituição já começou.

Vida longa, Sicoob Credicampo! ■

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 31/12/2015 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. - Sicoob Credicampo na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2015 o Sicoob Credicampo completou 30 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2015, o Sicoob Credicampo obteve um resultado de R\$2.570.156,59 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 18%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 48.355.628,73. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 40.930.999,80.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$ 11.454.150,66	27,98%
Carteira Comercial	R\$ 29.476.849,14	72,02%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2015 o percentual de 12,63% da carteira, no montante de R\$5.167.932,59.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 68.672.348,25, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 17,02%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 17.132.350,19	24,95%
Depósitos a Prazo	R\$ 51.539.998,06	75,05%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2015 o percentual de 12,14% da captação, no montante de R\$ 8.333.650,65.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do Sicoob Credicampo era de R\$ 15.619.059,78. O quadro de associados era composto por 10.784 cooperados, havendo um acréscimo de 1,53% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando

ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Singular passou a utilizar-se dos serviços prestados pela Cobrança Centralizada do Sicoob Central Crediminas, visando padronizar os procedimentos de cobrança de créditos de difícil recuperação.

O Sicoob Credicampo adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 93,91% nos níveis de "AA" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Sicoob Central Crediminas que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada dois anos na AGO, com mandato até a AGO de 2016, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo Sicoob Central Crediminas, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob Credicampo aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do Sicoob, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet

integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2015, a Ouvidoria do Sicoob Credicampo registrou 05 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 05 reclamações, 01 foi considerada procedente e resolvida dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução

que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias. ■

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Entre Rios de Minas/MG, 21 de janeiro de 2016.

Conselho de Administração e Diretoria

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda.

Sicoob Credicampo

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(VALORES EXPRESSOS REAIS – R\$)

ATIVO	2015	2014
Circulante	77.014.694,77	63.663.224,74
Disponibilidades	1.316.395,60	1.856.306,25
Relações Interfinanceiras (Nota 4)	48.355.628,73	36.582.000,87
Centralização Financeira - Cooperativas	48.355.628,73	36.582.000,87
Operações de Crédito (Nota 5)	26.500.897,40	24.653.460,87
Operações de Crédito	28.145.138,30	26.135.601,40
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(1.644.240,90)	(1.482.140,53)
Outros Créditos (Nota 6)	826.572,23	555.978,07
Créditos por Avais e Fianças Honrados	29.011,59	-
Rendas a Receber	650.525,32	425.034,77
Diversos	156.957,31	130.943,30
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(9.921,99)	-
Outros Valores e Bens	15.200,81	15.478,68
Despesas Antecipadas	15.200,81	15.478,68
Realizável a Longo Prazo	14.128.898,39	13.746.300,70
Operações de Crédito (Nota 5)	12.785.861,50	12.519.299,84
Operações de Crédito	12.785.861,50	12.519.299,84
Outros Créditos (Nota 6)	1.343.036,89	1.227.000,86
Diversos	1.343.036,89	1.227.000,86
Permanente	4.505.445,05	4.047.906,94
Investimentos (Nota 7)	2.435.914,31	2.355.234,32
Participações em Cooperativas	2.435.914,31	2.355.234,32
Imobilizado em Uso (Nota 8)	1.685.946,08	1.287.806,25
Imóveis de Uso	991.659,18	428.872,47
Outras Imobilizações de Uso	1.976.991,38	1.968.395,72
(Depreciações Acumuladas)	(1.282.704,48)	(1.109.461,94)
Diferido	383.584,66	404.866,37
Gastos de Organização e Expansão	941.515,56	934.666,58
(Amortização Acumulada)	(557.930,90)	(529.800,21)
TOTAL DO ATIVO	95.649.038,21	81.457.432,38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(VALORES EXPRESSOS REAIS – R\$)

PASSIVO	2015	2014
Circulante	76.816.767,25	65.517.093,92
Depósitos (Nota 9)	68.672.348,25	58.681.910,15
Depósitos à Vista	17.132.350,19	15.869.790,37
Depósitos a Prazo	51.539.998,06	42.812.119,78
Relações Interfinanceiras (Nota 10)	4.662.615,53	3.932.795,99
Repasse Interfinanceiros	4.662.615,53	3.932.795,99
Relações Interdependências	15.309,70	8.185,10
Recursos em Trânsito de Terceiros	15.309,70	8.185,10
Outras Obrigações	3.466.493,77	2.894.202,68
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	5.629,39	6.783,79
Sociais e Estatutárias (Nota 11)	1.067.056,82	900.984,00
Fiscais e Previdenciárias	267.086,64	342.642,01
Diversas (Nota 11)	2.126.720,92	1.643.792,88
Exigível a Longo Prazo	2.829.626,52	2.290.382,65
Relações Interfinanceiras (Nota 10)	1.453.343,81	1.020.447,93
Repasse Interfinanceiros	1.453.343,81	1.020.447,93
Outras Obrigações (Nota 11)	1.376.282,71	1.269.934,72
Diversas	1.376.282,71	1.269.934,72
Patrimônio Líquido (Nota 13)	16.002.644,44	13.649.955,81
Capital Social	11.235.604,12	9.727.522,35
De Domiciliados no País	11.307.663,45	9.884.797,41
(Capital a Realizar)	(72.059,33)	(157.275,06)
Reserva de Lucros	3.986.437,10	2.988.301,89
Sobras Acumuladas	780.603,22	934.131,57
TOTAL	95.649.038,21	81.457.432,38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(VALORES EXPRESSOS REAIS – R\$)

	2015		2014
	2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira	5.377.300,37	10.255.520,44	9.500.526,05
Operações de Crédito	5.377.300,37	10.255.520,44	9.500.526,05
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira	(3.605.808,78)	(6.449.981,37)	(4.806.386,69)
Operações de Captação no Mercado	(2.975.439,00)	(5.324.455,20)	(3.722.915,26)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(187.432,65)	(325.298,89)	(326.660,88)
Provisão para Operações de Créditos	(442.937,13)	(800.227,28)	(756.810,55)
Resultado Bruto Intermediação Financeira	1.771.491,59	3.805.539,07	4.694.139,36
Outras Receitas / Despesas (Ingressos / Dispêndios) Operacionais	31.219,43	(636.556,66)	(1.424.822,59)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	619.057,93	1.249.015,24	1.157.864,85
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	994.613,62	1.856.005,92	1.590.366,43
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	(2.520.835,75)	(4.952.783,64)	(4.655.993,48)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	(2.195.379,79)	(4.287.812,84)	(4.201.408,62)
Despesas (Dispêndios) Tributárias	(47.448,27)	(102.554,37)	(111.109,77)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	3.118.836,24	5.408.222,98	3.337.556,07
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais (Nota 16)	417.862,09	841.087,74	1.896.225,52
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais (Nota 17)	(355.486,64)	(647.737,69)	(438.323,59)
Resultado Operacional	1.802.711,02	3.168.982,41	3.269.316,77
Resultado Não Operacional (Nota 18)	(92.701,04)	(109.813,57)	9.983,81
Resultado Antes da Tributação/Participações	1.710.009,98	3.059.168,84	3.279.300,58
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperativos	(34.775,23)	(79.192,41)	(93.638,45)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos	(27.714,73)	(60.813,84)	(69.850,71)
Participação no Lucro (Sobra) (Nota 11.1)	(199.337,63)	(349.006,00)	(289.789,45)
Sobras / Perdas antes das Destinações	1.448.182,39	2.570.156,59	2.826.021,97
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		(996.543,51)	(1.221.883,21)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social		(372.060,93)	(474.577,95)
Reserva Legal		(624.482,58)	(747.305,26)
LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO		1.573.613,08	1.604.138,76
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (Nota 15)		793.009,86	670.007,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(VALORES EXPRESSOS REAIS – R\$)

	Capital		Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar			
Saldos em 31/12/2013	8.596.240,40	(194.735,38)	2.240.996,63	460.797,59	11.103.299,24
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Ao Capital	460.460,53	-	-	(460.460,53)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(337,06)	(337,06)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	713.727,13	37.460,32	-	-	751.187,45
Por Devolução (-)	(444.892,50)	-	-	-	(444.892,50)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	2.826.021,97	2.826.021,97
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(670.007,19)	(670.007,19)
Integralização de Juros ao Capital	657.917,21	-	-	-	657.917,21
IRRF Sobre Juros ao Capital	(98.655,36)	-	-	-	(98.655,36)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(287.751,64)	(287.751,64)
Destinação das Sobras ou Perdas:					
. Fundo de Reserva	-	-	747.305,26	(747.305,26)	-
. F A T E S	-	-	-	(186.826,31)	(186.826,31)
Saldos em 31/12/2014	9.884.797,41	(157.275,06)	2.988.301,89	934.131,57	13.649.955,81
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Constituição de Reservas	-	-	373.652,63	(373.652,63)	-
Ao Capital	560.437,38	-	-	(560.437,38)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(41,56)	(41,56)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	601.072,98	85.215,73	-	-	686.288,71
Por Devolução (-)	(518.995,15)	-	-	-	(518.995,15)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	2.570.156,59	2.570.156,59
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(793.009,86)	(793.009,86)
Integralização de Juros ao Capital	780.444,44	-	-	-	780.444,44
IRRF Sobre Juros ao Capital	(93,61)	-	-	-	(93,61)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(215.940,29)	(215.940,29)
Destinação das Sobras ou Perdas:					
. Fundo de Reserva	-	-	624.482,58	(624.482,58)	-
. F A T E S	-	-	-	(156.120,64)	(156.120,64)
Saldos em 31/12/2015	11.307.663,45	(72.059,33)	3.986.437,10	780.603,22	16.002.644,44
Saldos em 30/06/2015	10.408.930,63	(101.100,72)	3.361.954,52	738.309,75	14.408.094,18
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	336.860,18	29.041,39	-	-	365.901,57
Por Devolução (-)	(218.478,19)	-	-	-	(218.478,19)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	1.448.182,39	1.448.182,39
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(409.345,41)	(409.345,41)
Integralização de Juros ao Capital	780.444,44	-	-	-	780.444,44
IRRF Sobre Juros ao Capital	(93,61)	-	-	-	(93,61)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(215.940,29)	(215.940,29)
Destinação das Sobras ou Perdas:					
. Fundo de Reserva	-	-	624.482,58	(624.482,58)	-
. F A T E S	-	-	-	(156.120,64)	(156.120,64)
Saldos em 31/12/2015	11.307.663,45	(72.059,33)	3.986.437,10	780.603,22	16.002.644,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(VALORES EXPRESSOS REAIS – R\$)

DESCRIÇÃO	2015		2014
	2º semestre	Exercício	Exercício
Atividades Operacionais			
Sobra / Perda do Exercício Antes da Tributação	1.710.009,98	3.059.168,84	3.279.300,58
IRPJ / CSLL	(62.489,96)	(140.006,25)	(163.489,16)
Provisão para Operações de Crédito	157.388,13	162.100,37	255.290,07
Depreciações e Amortizações	129.686,54	267.608,06	297.678,69
Participação dos Funcionários nos Lucros	(199.337,63)	(349.006,00)	(289.789,45)
Provisão de Juros ao Capital	(409.345,41)	(793.009,86)	(670.007,19)
Baixa no Imobilizado	126.630,45	128.199,89	3.454,96
	1.452.542,10	2.335.055,05	2.712.438,50
Aumento (Redução) em Ativos Operacionais			
Operações de Crédito	(1.631.540,73)	(2.276.098,56)	2.792.889,31
Outros Créditos	(52.091,90)	(386.630,19)	(188.235,58)
Outros Valores e Bens	45.062,02	277,87	(1.916,14)
Aumento (Redução) em Passivos Operacionais			
Depósitos a Vista	1.541.906,75	1.262.559,82	929.018,34
Depósitos sob Aviso	39.145,60	79.972,40	497,97
Depósitos a Prazo	4.124.858,21	8.647.905,88	6.931.777,76
Outras Obrigações	1.083.508,59	678.639,08	763.866,70
Relações Interdependências	(21.900,62)	7.124,60	2.144,24
Relações Interfinanceiras	(16.884,49)	1.162.715,42	(2.355.275,73)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	6.564.605,53	11.511.521,37	11.587.205,37
Atividades de Investimentos			
Aplicação no Diferido	(140.867,75)	(140.867,75)	(232.470,68)
Inversões em Imobilizado de Uso	(517.066,06)	(631.798,32)	(350.843,06)
Inversões em Investimentos	(6.728,13)	(80.679,99)	(809.033,60)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(664.661,94)	(853.346,06)	(1.392.347,34)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	365.901,57	686.288,71	751.187,45
Devolução de Capital à Cooperados	(218.478,19)	(518.995,15)	(444.892,50)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(41,56)	(337,06)
Integralização de Juros ao Capital	780.444,44	780.444,44	657.917,21
IRRF sobre Juros ao Capital	(93,61)	(93,61)	(98.655,36)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(215.940,29)	(215.940,29)	(287.751,64)
FATES Sobras Exercício	(156.120,64)	(156.120,64)	(186.826,31)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	555.713,28	575.541,90	390.641,79
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	6.455.656,87	11.233.717,21	10.585.499,82
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	43.216.367,46	38.438.307,12	27.852.807,30
No Fim do Período	49.672.024,33	49.672.024,33	38.438.307,12
Variação Líquida das Disponibilidades	6.455.656,87	11.233.717,21	10.585.499,82

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em reais, exceto quando especificado)

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. - Sicoob Credicampo é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 15/09/1985, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. – Sicoob Central Crediminas e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O Sicoob Credicampo possui Postos de Atendimento (PA's) nas seguintes localidades: Conselheiro Lafaiete, Cristiano Ottoni, Desterro de Entre Rios, Jeceaba, Lagoa Dourada, Piedade dos Gerais, São Brás do Suaçuí.

O Sicoob Credicampo tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Desta forma, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas pela administração em sua reunião datada de 21/01/2016.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério “pro rata temporis” e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e depósitos bancários	1.316.395,60	1.856.306,25
Relações interfinanceiras – centralização financeira	48.355.628,73	36.582.000,87
Total	49.672.024,33	38.438.307,12

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do Sicoob Central Crediminas e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Diferido

O ativo diferido foi constituído pelas benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente, e classificados nessa conta conforme determinação do COSIF. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método linear no período de até 05 anos.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.617/08, devem ser registrados no ativo diferido, exclusivamente, os gastos que contribuirão para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Os saldos existentes em setembro de 2008 são mantidos até a sua efetiva realização.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2015 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

4. Relações interfinanceiras

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao Sicoob Central Crediminas, conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	98.331,31		98.331,31	121.087,28
Cheque Especial / Conta Garantida	1.433.121,83		1.433.121,83	1.335.375,54
Empréstimos	13.095.675,30	9.936.703,50	23.032.378,80	23.079.865,81
Financiamentos	920.027,31	891.858,65	1.811.885,96	1.856.480,82
Títulos Descontados	3.101.131,24	-	3.101.131,24	3.264.848,74
Financiamento Rural Próprio	4.835.544,80	507.574,51	5.343.119,31	4.019.857,77
Financiamento Rural Repasses	4.661.306,51	1.449.724,84	6.111.031,35	4.977.385,28
Provisão para Perda com Operações de Crédito	(1.644.240,90)	-	(1.644.240,90)	(1.482.140,53)
Total	26.500.897,40	12.785.861,50	39.286.758,90	37.172.760,71

A partir de março de 2015 ocorreu a implantação da nova Plataforma de Risco de Crédito – PRC que contém um conjunto de 14 (quatorze) metodologias para avaliação de risco de tomadores e do risco das operações de crédito, em consonância com o preconizado na Resolução CMN nº 2.682/99. Desde então, as cooperativas podem utilizar a PRC para subsidiar as suas decisões de crédito. A avaliação de risco das operações é feita com base em Estimativa de Perdas (PE) e parte da combinação do risco do tomador (PD – Probabilidade de Descumprimento) com o componente de risco Perda Dado o Descumprimento (LGD, em inglês), que é definido em função das garantias vinculadas.

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015	Total em 31/12/2014	Provisões 31/12/2014
AA - Normal	481.414,87	-	-	-
A - Normal (0,50%)	9.725.261,56	(48.626,32)	6.625.230,30	(33.126,19)
B - Normal (1%)	22.070.182,05	(220.701,87)	18.966.399,03	(189.664,22)
B - Vencidas (1%)	199.075,99	(1.990,76)	198.862,06	(1.988,62)
C - Normal (3%)	5.294.359,72	(158.830,83)	10.295.902,76	(308.877,46)
C - Vencidas (3%)	669.625,10	(20.088,76)	669.186,43	(20.075,62)
D - Normal (10%)	372.045,73	(37.204,58)	384.114,28	(38.411,47)
D - Vencidas (10%)	471.645,10	(47.164,52)	300.578,65	(30.057,90)
E - Normal (30%)	336.576,93	(100.973,10)	190.652,80	(57.195,91)
E - Vencidas (30%)	254.335,71	(76.300,73)	103.783,27	(31.135,02)
F - Normal (50%)	105.375,30	(52.687,66)	165.474,58	(82.737,39)
F - Vencidas (50%)	120.207,56	(60.103,79)	27.710,77	(13.855,40)
G - Normal (70%)	21.597,89	(15.118,53)	80.521,31	(56.364,99)
G - Vencidas (70%)	16.156,11	(11.309,28)	92.782,49	(64.947,82)
H - Normal (100%)	260.906,12	(260.906,12)	165.845,22	(165.845,22)
H - Vencidas (100%)	532.234,06	(532.234,06)	387.857,29	(387.857,29)
Total Normal	38.667.720,17	(895.049,00)	36.874.140,28	(932.222,85)
Total Vencido	2.263.279,63	(749.191,90)	1.780.760,96	(549.917,68)
Total Geral	40.930.999,80	(1.644.240,90)	38.654.901,24	(1.482.140,53)
Provisões				
Total Líquido	39.286.758,90	-	37.172.760,71	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Descrição	Sem Vencimento	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	-	4.023.373,91	9.072.301,39	9.936.703,50	23.032.378,80
Títulos Descontados	-	2.920.137,21	180.994,03	-	3.101.131,24
Financiamentos	-	256.041,08	663.986,23	891.858,65	1.811.885,96
Financiamentos Rurais	-	1.088.668,14	8.408.183,17	1.957.299,35	11.454.150,66
Adiantamento a Depositantes	98.331,31	-	-	-	98.331,31
Cheque Esp. / Conta Garantida	1.433.121,83	-	-	-	1.433.121,83
Total	1.531.453,14	8.288.220,34	18.325.464,82	12.785.861,50	40.930.999,80

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto e atividade econômica:

Atividade Econômica	Conta Corrente	Credito Rural	Empréstimo	Títulos Descontados	Total
Pessoa Física	873.629,29	11.454.150,66	16.411.734,01	1.181.635,57	29.921.149,53
Set.Priv.Atv.Emp.Comercio	457.273,66	-	4.857.307,11	1.103.076,92	6.417.657,69
Set.Priv.Atv.Emp.Industria	59.744,66	-	536.228,16	512.360,42	1.108.333,24
Set.Priv.I.M.S.Soc Capit	-	-	-	1.980,40	1.980,40
Set.Priv.Outros Serviços	140.805,53	-	3.038.995,48	302.077,93	3.481.878,94
TOTAL	1.531.453,14	11.454.150,66	24.844.264,76	3.101.131,24	40.930.999,80

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	1.482.140,53	1.226.850,46
Constituições/Reversões no período	790.869,70	793.962,21
Transferência para Prejuízo no período	(628.769,33)	(538.672,14)
TOTAL	1.644.240,90	1.482.140,53

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2015	% Carteira Total	31/12/2014	% Carteira Total
Maior Devedor	433.261,32	1,06%	330.077,87	0,85%
10 Maiores Devedores	3.112.048,88	7,60%	2.515.567,26	6,51%
50 Maiores Devedores	9.482.948,73	23,15%	7.858.212,33	20,33%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	2.448.800,50	2.023.690,49
Valor das operações transferidas no período	628.769,33	538.672,14
Valor das operações recuperadas no período	(246.782,26)	(113.561,28)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(4.801,29)	(0,85)
TOTAL	2.825.986,28	2.448.800,50

h) Receitas de Operações de Crédito:

Operações de Crédito	31/12/2015	31/12/2014
Rendas de Adiantamentos a depositantes	168.949,31	164.266,16
Rendas de Empréstimos	7.176.084,80	6.883.193,07
Rendas de Títulos Descontados	917.876,44	879.837,59
Rendas de Financiamentos	430.203,83	525.772,73
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	978.365,51	613.594,17
Rendas de Financiamentos Rurais - Repasses	319.975,30	320.818,61
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	264.065,25	113.043,72
TOTAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.255.520,44	9.500.526,05

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Rendas a Receber (a)	650.525,32	425.034,77
Devedores por Depósito e Garantia (b)	1.343.036,89	1.227.000,86
Títulos e Créditos a Receber (c)	100.797,15	61.602,56
Devedores Diversos (d)	85.171,75	69.340,74
(-) Provisão para Outros Créditos	(9.921,99)	0,00
TOTAL	2.169.609,12	1.782.978,93

(a) Em Rendas a Receber estão registrados: receita sobre saldo mantido na Centralização Financeira do Sicoob Central Crediminas (R\$ 561.254,64), rendas a receber da previdência social - INSS (R\$ 1.025,37), rendas a receber cartões (R\$ 38.441,76), rendas de tributos federais, estaduais e municipais (R\$ 5.511,78) e outras (R\$ 44.291,77);

(b) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: Recursos Fiscais (R\$ 15.390,76), PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 210.750,60), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 678.435,14), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (R\$ 144.318,21) e PIS sobre Folha de Pagamento (R\$ 294.142,18);

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os valores a receber de tarifas;

(d) Em Devedores Diversos estão registrados os créditos por avais e fianças honrados (R\$ 29.011,59), adiantamento de férias aos colaboradores (R\$ 21.414,11), impostos e contribuições a compensar (R\$ 13.024,23), pendências a regularizar (R\$ 927,08), diferenças de compensação a receber do BANCOOB (R\$ 15.841,10) e outros (R\$ 4.953,64).

7. Investimentos

O saldo é representado por quotas do Sicoob Central Crediminas e ações do BANCOOB, conforme demonstrado:

Descrição	Sicoob Central Crediminas	BANCOOB	Total
Saldos em 31/12/2013	1.517.625,72	28.575,00	1.546.200,72
Investimentos	809.033,60	-	809.033,60
Saldos em 31/12/2014	2.326.659,32	28.575,00	2.355.234,32
Investimentos	80.679,99	-	80.679,99
Saldos em 31/12/2015	2.407.339,31	28.575,00	2.435.914,31

8. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação a.a.	31/12/2015	31/12/2014
Imobilizações em Curso	(*)	25.365,23	25.928,57
Terrenos	-	564.049,75	1.263,04
Edificações	4%	427.609,43	427.609,43
Móveis e Equipamentos	10%	1.044.379,47	1.032.856,02
Sistema de Processamento de Dados	20%	788.848,53	777.625,28
Sistemas de Comunicação	10%	27.445,63	27.445,63
Sistema de Segurança	10%	90.952,52	104.540,22
TOTAL		2.968.650,56	2.397.268,19
Depreciação acumulada		(1.282.704,48)	(1.109.461,94)
TOTAL		1.685.946,08	1.287.806,25

(*) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

9. Depósitos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), constituído conforme Resoluções CMN nº 4.150/12 e 4.284/13. Este fundo tem como instituições associadas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/12.

Além das garantias prestadas pelo FGCoop, o Sicoob Sistema Crediminas possui seu próprio Fundo Garantidor de Depósitos do Sicoob Sistema Crediminas – FGD, que tem por finalidade efetuar o saneamento econômico-financeiro e/ou fortalecimento patrimonial, bem como prestar garantias de crédito nos termos e limites do Estatuto Social e Regulamento próprio.

Despesas com Operações de Captação de Mercado:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	127.226,30	100.688,25
Despesas de Depósitos a Prazo	5.101.991,62	3.558.995,38
Despesas Contribuição ao Fundo Garantidor	95.237,28	63.231,63
Total	5.324.455,20	3.722.915,26

10. Relações interfinanceiras / Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2015	31/12/2014
BANCOOB	Entre 5,5% a.a. e 8,75% a.a.	De 10/05/2016 à 09/06/2017	6.115.959,34	4.953.243,92

11. Outras Obrigações

11.1 - Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	453.248,86	499.369,70
Cotas de capital a pagar (b)	223.133,47	160.871,71
Participações nas Sobras (Lucros) (c)	348.601,59	240.742,59
Outras obrigações (d)	42.072,90	-
Total	1.067.056,82	900.984,00

- (a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.
- (b) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social.
- (c) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos funcionários nos resultados, com o pagamento previsto para ser efetivado em 2016.
- (d) Refere-se a provisão de gratificações a dirigentes.

11.2 - Diversas

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Cheques administrativos (a)	841.116,71	550.433,28
Despesas de Pessoal	532.885,48	553.242,08
Outras Despesas Administrativas (b)	110.767,06	113.583,89
Cheques Descontados (c)	172.236,21	97.555,99
Credores Diversos – País (d)	449.284,62	328.977,64
Provisão para Garantias Prestadas	20.430,84	-
Provisão para Passivos Contingentes (e)	1.376.282,71	1.269.934,72
TOTAL	3.503.003,63	2.913.727,60

- (a) Refere-se a cheques emitidos pela Cooperativa contra o próprio caixa da instituição, porém não compensados até a data-base de 31/12/2015;
- (b) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com água/energia e gás (R\$ 8.742,34), alugueis (R\$ 13.108,30), comunicações (R\$ 14.373,38), processamento de dados (R\$ 26.881,62), compensação (R\$ 26.979,34) e outras (R\$ 20.682,08);
- (c) Refere-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2015;
- (d) Referem-se a Contas Salário de empresas conveniadas a pagar (R\$ 349.262,96), diferenças de compensação a acertar com o BANCOOB (R\$ 38.607,56), valores a repassar ao Sicoob Central Crediminas pela prestação de serviços (R\$ 38.304,07) e outros (R\$ 23.110,03);
- (e) Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2015		31/12/2014	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS (1)	210.750,60	210.750,60	201.186,32	201.186,32
PIS FOLHA	297.388,00	294.142,18	233.784,21	230.850,35
COFINS (1)	678.435,14	678.435,14	645.636,31	645.636,31
Outras contingências (2)	189.708,97	159.708,97	189.327,88	149.327,88
TOTAL	1.376.282,71	1.343.036,89	1.269.934,72	1.227.000,86

(1) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

(2) Refere-se a ação judicial questionando a legalidade da CSLL (R\$ 144.318,21) e outros (R\$45.390,76)

12. Instrumentos financeiros

O Sicoob Credicampo opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

13. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 13 de março de 2015, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$560.478,94 e R\$373.652,63, transferido para Reserva Legal.

d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Sobra líquida do exercício	1.777.146,73	2.156.014,78
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(215.940,29)	(287.751,64)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	1.561.206,44	1.868.263,14
Destinações estatutárias		
Reserva legal – 40%	(624.482,58)	(747.305,26)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(156.120,64)	(186.826,31)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	780.603,22	934.131,57

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;
 O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e
 Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

14. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Receita de prestação de serviços	1.116.295,22	1.071.568,03
Despesas específicas de atos não cooperativos	(108.014,78)	(103.134,38)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(542.520,34)	(527.176,66)
Resultado operacional	465.760,10	441.256,99
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(109.813,57)	9.983,81
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	355.946,53	451.240,80
Imposto de Renda e CSLL	(140.006,25)	(163.489,16)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	215.940,29	287.751,64

15. Pagamento de Juros ao Capital

Em 31/12/2015, a Cooperativa realizou o pagamento juros ao capital próprio. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

16. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Recuperação de Encargos e Despesas	81.743,38	1.017.827,64
Reversões de Provisões Operacionais	52.238,56	-
Rendas de Garantias Prestadas	12.447,69	794,44
Rendas de Repasses Interfinanceiros	12.040,02	-
Dividendos	5.031,70	4.186,58
Atualização de Depósitos Judiciais	89.139,55	95.012,77
Rendas de Cartões	283.501,89	-
Outras Rendas Operacionais (a)	304.944,95	778.404,09
Total	841.087,74	1.896.225,52

a) Refere-se a (R\$ 147.772,30) distribuição de sobras do Sicoob Central Crediminas, (R\$149.788,52) tarifa assistência técnica e (R\$7.384,13) outras.

17. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Descontos Concedidos em Renegociações	7.712,14	22.732,35
Descontos Concedidos em Operações de Crédito	130.233,65	66.686,72
Cancelamento de Tarifas Pendentes	101.251,34	69.253,56
Contribuições ao Fundo Garantidor de Depósitos	25.072,59	54.376,89
Provisão para Passivos Contingentes	116.347,99	148.683,87
Outras Despesas Operacionais (a)	222.762,49	64.531,48
Outros	5.503,71	12.058,72
Provisão para Garantias Prestadas	27.374,83	-
Contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	7.892,40	-
Contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Perdas Operacionais	3.586,55	-
Total	647.737,69	438.323,59

(a) Refere-se a contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Valores - FRV (R\$ 91.837,59), passivos trabalhistas (R\$ 19.000,00), multa e juros diversos (R\$ 14.847,82), estorno de tarifas, juros e multas (R\$ 12.387,08), tarifas recebimento tributos estaduais (R\$ 11.110,92) e outras despesas diversas (R\$ 73.579,08).

18. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Ganhos de Capital	41.922,40	14.978,20
Outras Rendas Não Operacionais	155,68	663,90
Total de Receitas Não Operacionais	42.078,08	15.642,10
Perdas de Capital (a)	(151.891,65)	(5.028,25)
Outras	-	(630,04)
Total de Despesas Não Operacionais	(151.891,65)	(5.658,29)
Resultado Líquido	(109.813,57)	9.983,81

(a) Refere-se a baixa em benfeitoria em imóveis de terceiros devido encerramento do PA Ouro Branco (R\$ 108.221,46) e outras (R\$ 43.670,19).

19. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e

caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2015:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
R\$ 204.759,39	0,36%
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
R\$ 637.306,00	1,51%

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2015:

OPERAÇÕES ATIVAS			
Natureza da operação de crédito	Valor da operação de crédito	PCLD (provisão para crédito de liquidação duvidosa)	% Da operação de crédito em relação à carteira total
Cheque Especial / Conta Garantida	6.303,55	63,02	0,02%
Crédito Rural	51.292,81	512,94	0,13%
Empréstimos / Financiamentos	80.703,55	807,04	0,20%
OPERAÇÕES PASSIVAS			
Aplicações Financeiras	% em relação à carteira total	Taxa Média - %	
1.037.364,94	2,00%	11,95%	

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações ativas e passivas	Taxas aplicadas em relação às partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração / diretoria executiva
Cheque Especial	8,35% a.m	8,35% a.m
Conta Garantida	6,72% a.m	6,72% a.m
Desconto de Cheques	2,08 a 3,05% a.m	2,08 a 3,05% a.m
Empréstimos	1,70 a 3,73% a.m	1,70 a 3,73% a.m
Crédito Rural – RPL	1,68 a 2,21% a.m	1,68 a 2,21% a.m
Crédito Rural – Repasses	De 5,5%a.a à 7,75% a.a	De 5,5%a.a à 7,75% a.a
Aplicações Financeiras	De 86% CDI a 91,2% CDI	De 86% CDI a 91,2% CDI
Aplicações Financeiras	De 9,67% a 12,65%	De 9,67% a 12,65%

Percentual em relação à carteira geral. Movimentação no exercício de 2015

Descrição	%
Crédito Rural	0,55%
Empréstimos e Financiamentos	0,58%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,09%
Aplicações Financeiras	1,41%

Outras operações (R\$)

Coobrigações	33.373,05
--------------	-----------

No exercício de 2015, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados apresentando-se da seguinte forma:

Benefícios monetários e encargos (R\$)

Honorários	506.906,46
Gratificações da Diretoria	111.101,80
Conselheiros de Administração	92.640,67
FGTS Diretoria	43.948,51
INSS Diretoria/ Conselhos	139.295,28
Total	893.892,72

20. Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.

O Sicoob Credicampo em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Crediminas, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O Sicoob Central Crediminas, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao Sicoob Central Crediminas a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O Sicoob Credicampo responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Sicoob Central Crediminas perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o Sicoob Central Crediminas:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 5)	48.355.628,73	36.582.000,87
Ativo Permanente - Investimentos (nota 7)	2.407.339,31	2.326.659,32

As demonstrações contábeis do Sicoob Central Crediminas, em 30 de junho de 2015, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 22 de agosto de 2015, com opinião sem modificação.

21. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2015, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 1.937.862,85 (31/12/2014 - R\$ 241.554,16), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com outras instituições financeiras.

22. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

23. Índice de Basiléia

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização em 31 de dezembro de 2015.

24. Contingências Passivas

Segundo a assessoria jurídica do Sicoob Credicampo, dos processos judiciais em que figura como pólo passivo, foram classificados como perdas possíveis 06 processos, totalizando aproximadamente R\$116 mil.

25. Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014

Em maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (1) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (2) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta Lei, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (3) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (4) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações

sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O Sicoob Confederação por meio da CCI-274/2014, com base em parecer jurídico, orientou a utilização da opção “não optante”, como a mais adequada para as cooperativas do Sistema Sicoob.

26. Gerenciamento de Risco e de Capital

Risco operacional

- As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.
- O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles. Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
- A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

Risco de mercado e de liquidez

- O gerenciamento do risco de mercado do Sicoob Credicampo objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.464/2007.
- Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o Sicoob Credicampo aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado e de liquidez, de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).
- Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o Sicoob Credicampo possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Entidade.

Risco de crédito

- a) O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob Credicampo objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- b) Conforme preceitua o art. 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o Sicoob Credicampo aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
- d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o Sicoob Credicampo possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

Gerenciamento de capital

- a) A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob Credicampo objetiva garantir a aderência as normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída da Resolução CMN 3.988/2011.
- b) Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o Sicoob Credicampo aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:
 - I. Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
 - II. Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.
 - III. Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.
- d) Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Entre Rios de Minas/MG, 21 de janeiro de 2016.

Saulo Mascarenhas Ribeiro de Oliveira
Presidente do Conselho

João Bosco Firmino dos Reis
Diretor Geral

Edson José Pinto de Sousa
Diretor de Operações

Daniela Fonseca Cordeiro
Contador – CRC nº: 089.952



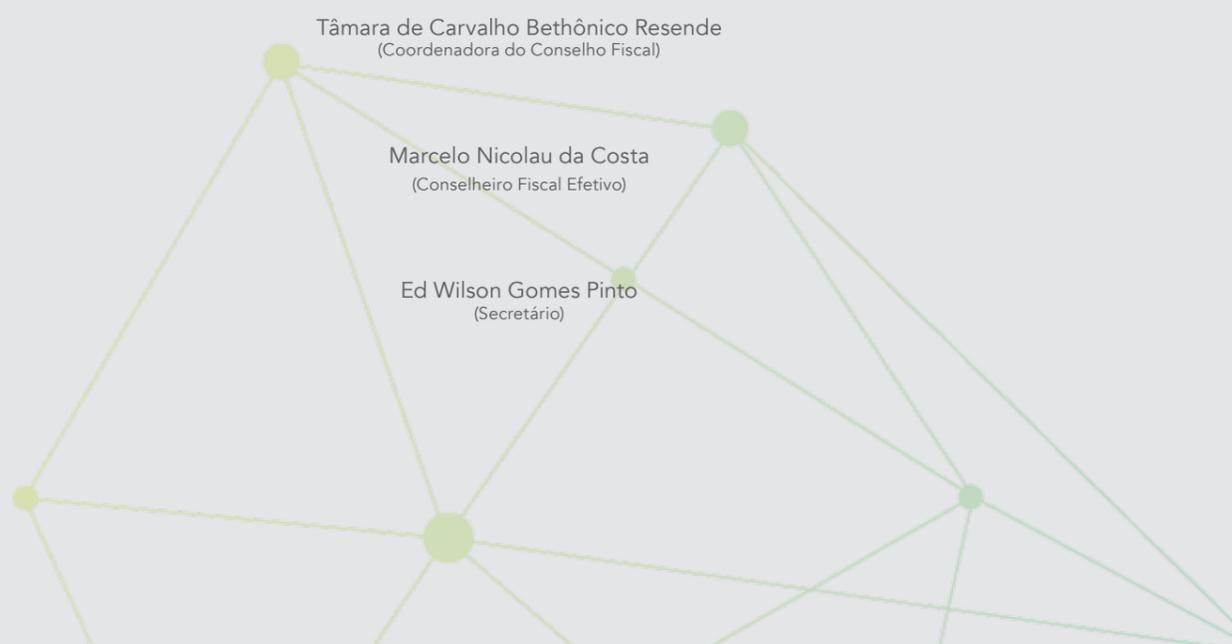
Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do Sicoob Credicampo – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda, reunido em 25/01/2016, em cumprimento do art. 39, inciso “II” do Estatuto Social, declara, para os devidos fins legais e estatutários, que procedeu a minucioso exame em todos os documentos e peças contábeis, que compreendem o Balanço Geral, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Credicampo – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda, em 31 de dezembro de 2015.

Assim, somos unânimes e favoráveis à aprovação, das demonstrações financeiras relativas ao período de 1 de Janeiro a 31 de dezembro de 2015.

Entre Rios de Minas/MG, 25 de janeiro de 2016.



Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Contábeis

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. - Sicoob Credicampo Entre Rios de Minas – MG

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis.

A administração da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Belo Horizonte/MG, 08 de março de 2016.



Júlio César Toledo de Carvalho
Contador CRC MG 069.261/O
CNAI 1953



